



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

Contrato de Prestação de Serviços nº 050/2017-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 0410.002.497/2016 .

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **FÊNIX CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI-EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ/MF nº 22.627.676/0001-42, com sede na Rua Albano, 103, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.733-010, representada por **JULIO CÉSAR CORDEIRO GOMES CORTE**, portador da cédula de identidade nº 55237271-7, expedida pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.325.757-40, na qualidade de Sócio Proprietário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SCG/SEPLAG (3144905), da sua Adjudicação e Homologação (3145022), do Termo de Referência (3143917), da Proposta (3145066), e demais elementos constantes do Processo nº 410-002497/2016 e das Leis nº 8.666/1993, 10.520/2005, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Distrital nº 23.460/2002 e Decreto Distrital nº 36.519/2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de recepcionista, para as dependências do Edifício Anexo ao Palácio do Buriti, de responsabilidade desta Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, consoante especifica o Termo de Referência (3143917), o Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905), e a Proposta (3145066), que passam a integrar o presente Termo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser executados, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (3143917), transcrito na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. POSTOS

1	Posto de recepcionista, para as entradas norte e sul do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, para trabalhar com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira.	05
---	---	----

## CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA, LOCAL E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços serão executados no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, localizado na Praça do Buriti, Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF, Cep. 70.075-900, conforme discriminado abaixo:

SERVIÇO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QTDE. POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Recepcionista	Entradas norte e sul do Ed. Anexo do Palácio do Buriti	05	Entre 07h e 19h, de segunda à sexta-feira.	44 horas semanais

6.2 Os horários de trabalho serão definidos pela unidade administrativa responsável pela execução do contrato.

6.3 Será concedido o intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para todos os postos, nos termos do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

6.4 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

Atividade ou Serviço	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Ocupação
Recepção	4221-05	Recepcionista, em geral.

6.5 A execução dos serviços, objeto deste Contrato, deverá ser iniciada em até 10 **(dez) dias úteis após a assinatura deste**, sob risco de penalidades previstas em Lei.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

O valor anual total do Contrato é de R\$ 256.999,20 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos), conforme detalhado abaixo, sendo o impacto orçamentário-financeiro para 2017 a importância de R\$ 93.840,20 (noventa e três mil oitocentos e quarenta reais e vinte centavos) a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, em adequação ao Plano Plurianual 2016-2019, a Lei Orçamentária Anual nº 5.796, publicada em 29/12/2016 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.695, de 03/08/2016, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s), consoante Declaração de Orçamento (3144866).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. POSTOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Posto de recepcionista, para as entradas norte e sul do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, para trabalhar com carga horária de 44 horas semanais, de segunda à sexta-feira.	05	R\$ 4.283,32	R\$ 21.416,60	R\$ 256.999,20

## **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 320101

II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517.7897

III – Natureza da Despesa: 33.90.39 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

IV – Fonte de Recursos: 102

8.2 – O empenho inicial é de R\$ 44.260,97 (quarenta e quatro mil duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), conforme Nota de Empenho nº 2017NE01279, emitida em 27/10/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

## **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

9.1.1 Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IPCA, nos termo do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

9.2 Para efeito de pagamento serão consultados os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores de certidões relacionadas à verificação da regularidade fiscal da Contratada.

9.2.1 Para o pagamento, serão observadas as disposições contidas na Lei Distrital nº 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto nº 34.649/2013.

9.2.2 As provisões previstas na Lei 4.636/2011, e posteriores alterações bem como as suas regulamentações, para o pagamento dos encargos trabalhistas listados a seguir, em relação aos empregados da Contratada vinculados a esta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada de instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa:

a) 13º salário;

b) Férias e Abono de Férias;

c) Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa; e

d) Impacto sobre férias e 13º salário.

9.3 Todos os atos referentes à conta vinculada nos contratos de prestação de serviços continuados deverão ser aplicados após a implementação operacional pelo Banco de Brasília - BRB S/A, com o advento do Decreto nº 34.649, de 10 de setembro de 2013, que regulamentou a Lei nº 4.636/2011 no âmbito do Distrito Federal.

9.4 Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, as regras sobre a retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas serão realizadas nos termos previstos na Lei 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013.

9.5 As condições para atesto e pagamento das faturas relativas à execução do serviço estão estabelecidas no item 11 do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905).

9.5 A execução completa do contrato só acontecerá quanto o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, nos termos do art. 19, XVIII, da IN 02/2008-SLT/MPDG. (PARECER Nº 488-PRCON/PGDF).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA**

Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da CONTRATADA a prestação de Garantia, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, perfazendo o montante de **R\$ 12.849,96 (doze mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)**, nos termos da Lei nº 8.666/1993, art. 56, § 2º, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura deste, conforme item 10.6 do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 079/2017 – SCG/SEPLAG (3144905) e o item 19. do Termo de Referência (3144866).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

11.1 A excepcionalidade para a realização de horas extraordinárias de empregados terceirizados será permitida quando houver motivos relevantes e devidamente justificados pela Administração, procedida de autorização prévia para sua realização, nos termos do Parecer nº 488/2015-PRCON/PGDF.

11.2 Constituem obrigações da contratante o disposto no item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905) e no art. 10 da IN 02/2008-SLT/MPDG e alterações (Parecer nº 488/2015 – PRCON/PGDF).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

12.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

12.3 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

12.4 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4.1 A Contratada declara a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidades por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

12.5 Aproveitar, nos termos da Lei Distrital Nº 4.794/2012, os empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido.

12.6 Priorizar a contratação de trabalhadores inscritos no cadastro das agências do trabalhador do Distrito Federal, atendendo ao disposto na Lei Distrital nº 4.766/2012.

12.7 É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

12.8 Contratar, prioritariamente, trabalhadores inscritos no cadastro das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, conforme determina a Lei Distrital Nº 4.766/2012.

12.9 A empresa vencedora deverá indicar representante legal o investido de poderes para acompanhar a execução, bem como, solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato, conforme consta do Termo de Referência.

12.10 Cumprir com todas as Tarefas Básicas descritas no item 8. do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905).

12.11 Fornecer os uniformes conforme especificações no Item 9. do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905).

12.12 Constituem demais obrigações da contratada as condições estabelecidas no item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905) - Das Obrigações da Contratada.

12.13 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

13.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite de 60 (sessenta) meses, estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

13.2 A prorrogação do contrato, quando necessária e vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de Termo de Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante, nos termos do art. 30, § 3º, da IN 02/2008-SLT/IMPOG. (PARECER Nº 488/2015-PRCON/PGDF).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

14.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

14.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações

orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO**

15.1 O contrato a ser firmado poderá ser repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano de sua vigência, nos termos dos artigos 37 a 41-B da IN nº 02/2008-SLT-MPOG, aplicada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 36.063/2014, de 26 de novembro de 2014 (Parecer 488/2015-PRCON/PGDF e Parecer nº 991/2015-PRCON/PGDF). Neste sentido, *in verbis*:

*“Art. 37. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 2º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 3º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 4º A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Art. 38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:*

*I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Parágrafo único. (Revogado pela Instrução Normativa nº 18 de dezembro de 2009)*

*Art. 39. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Art. 40. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.*

*§ 2º Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*II - as particularidades do contrato em vigência;*

*III - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)*

*IV - a nova planilha com variação dos custos apresentada; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)*

*V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e (Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)*

*VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.*

*§ 3º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.*

*§ 4º - As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 5º O prazo referido no § 3º ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 6º O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.*

*§ 7º As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Art. 41. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:*

*I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)."*

*II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou*

*III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§1º. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).*

*§ 2º (revogado). (Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 3º (revogado). (Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*§ 4º (revogado). (Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Art. 41-A As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*Art. 41-B A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)."*

15.2 Entende-se que, também os custos com insumos, materiais e equipamentos sujeitam-se à disciplina da repactuação, não cabendo a mera aplicação automática de índice de reajuste de preços (art. 40 da I.N. 02/2008-SLT/MPPOG e Parecer nº 991/2015-PRCON/PGDF).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

16.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na legislação pertinente, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, se for o caso, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

16.2 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 079/2017-SECG/SEPLAG (3144905) e/ou no Contrato decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

Nos termos do art. 17, da Instrução Normativa nº 02/2008 da SLT/MPPOG, e visando garantir a qualidade do serviço prestados, será aplicada a pretensa contratação acordo de nível de serviço, conforme tabela abaixo:

**Infração de grau 1 - 0,2% do valor mensal**

(Consideradas individualmente por ocorrência)



1	Permitir a presença de empregado sem crachá, desuniformizado ou com o uniforme sujo, manchado, rasgado ou incompleto.
2	Deixar de apresentar, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos funcionários, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, quando solicitado pelo Executor do Contrato, por dia.
3	Deixar de comunicar ao Executor do Contrato, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, os afastamentos de seus funcionários decorrentes de férias, por funcionário.
4	Deixar de respeitar normas e regulamentos do CONTRATANTE, especialmente as normas de segurança, por ocorrência comprovada.
<b>Infração de grau 2 - 0,4% do valor mensal</b> (Consideradas individualmente por ocorrência)	
5	Deixar de fiscalizar regularmente os funcionários e verificar as condições em que o serviço está sendo prestado, por ocorrência comprovada.
6	Deixar de substituir o funcionário em caso de falta ao serviço, no prazo máximo de 1 hora independente de solicitação do Executor do Contrato, por ocorrência comprovada.
7	Deixar fazer ou refazer, sem acréscimo ao preço contratado, os serviços considerados insatisfatórios pelo Executor do Contrato, por serviço não realizado.
<b>Infração de grau 3 – 0,8% do valor mensal</b> (Consideradas individualmente por ocorrência)	
8	Deixar de indicar preposto investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato (encarregado ou gerente, etc.).
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do contratado.
10	Deixar de substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da entrega da notificação, os funcionários que se conduza de modo inconveniente ou que descumprirem as normas disciplinares do CONTRATANTE, por funcionário.
11	Permitir situação que crie possibilidade de causar dano físico aos seus funcionários ou usuários do local.
12	Recusar-se a executar serviço determinado pela COMISSÃO EXECUTORA, previsto em edital, sem motivo justificado.

13	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços avançados, por dia.
	<b>Infração de grau 4 – 1,6% do valor mensal</b> (Consideradas individualmente por ocorrência)
14	Deixar de responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda a terceiros, por ocorrência.
15	Deixar de atender as solicitações da COMISSÃO EXECUTORA para comparecimento ou envio de documentações previstas em edital ou necessárias para a execução.
16	Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da execução do serviço, relativas a encargos sociais, tributos, indenizações, obrigações trabalhistas por tipo de obrigação não cumprida no mês de medição dos serviços.
17	Deixar de efetuar o pagamento de salários e /ou outras obrigações nas datas avençadas em edital, por dia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL**

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO**

19.1 O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos art. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.2 Em caso de rescisão motivada, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, será assegurado à Administração a possibilidade de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para continuidade dos serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO EXECUTOR**

21.1 A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG – acompanhará e fiscalizará a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de uma comissão especialmente designada, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos n.ºs 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de

fevereiro de 2011.

21.2 Os membros da referida comissão deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

21.3 A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra) da Instrução Normativa SLT/MPPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

21.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

21.5 A comissão gestora do contrato, ao verificar durante a execução contratual a necessidade de redimensionamento da produtividade inicialmente pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1.º do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.6 A comissão gestora anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.7 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.8 A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

- a) Acompanhar o andamento dos serviços contratados;
- b) Emitir pareceres no decorrer da execução contratual, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- c) Solicitar as substituições (coberturas) quando julgar necessário;
- d) Supervisionar a prestação dos serviços nos locais determinados no Termo de Referência (3143917).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para todos os fins de direito.

Pelo DISTRITO FEDERAL:

---

**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**

Secretária de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão

Pela CONTRATADA:

---

**JULIO CÉSAR CORDEIRO GOMES CORTE**

Sócio Proprietário



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 17/11/2017, às 20:06, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR CORDEIRO GOMES CORTE, Usuário Externo**, em 22/11/2017, às 18:54, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **3380540** código CRC= **BFF92E0E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palacio do Buriti 11º andar - Sala 1100 - Bairro Brasília - CEP 70075-900 - DF